



MINISTÉRIO DA DEFESA/SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 30

Processo nº 60093.000172/2022-37

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de serviços de Bombeiro Civil (Brigadista), sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, para atendimento nas instalações do Centro Regional de Porto Velho (CR-PV), do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, conforme condições, especificações e quantidades estabelecidas neste instrumento e seus anexos

Item	Descrição	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	CATSER	Quantidade		Valor de Referência do POSTO (R\$)	
				Postos	Profissionais	Mensal	Anual
Único	Bombeiro Civil (Brigadista) - 12 horas DIURNAS , de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	5171-10	25550	01	02	R\$ 16.470,94	R\$ 197.651,28
Valor Máximo Aceitável						R\$ 16.470,94	R\$ 197.651,28

1.2. O objeto da licitação têm a natureza de serviço comum de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política prevencionista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas).

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a contratação de empresa prestadora de serviço de bombeiro civil, nos moldes sugeridos, para atender às exigências legais minimizando as situações de risco, elevando os padrões de proteção à vida e ao patrimônio do CR-PV.

2.1.1. Considerando a necessidade de prevenção e combate a incêndio e pânico, elevação do grau de segurança, organização e garantia do controle eficiente e eficaz com sinistros de Incêndio, faz-se necessário a contratação dos serviços de Bombeiros Civis (Brigadistas).

2.1.2. Propõe-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de brigada de incêndio, por intermédio da terceirização de que trata o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, da Justiça do Trabalho e legislação correlata.

2.1.3. Os serviços demandados destinam-se à realização de atividades acessórias, instrumentais ou complementares não inerentes às atribuições de cargos do quadro efetivo de servidores da CONTRATANTE e que não podem sofrer interrupção sob pena de comprometimento ao desenvolvimento das atividades, em respeito ao princípio da proibição da descontinuidade dos serviços públicos, de forma a garantir a segurança das dependências e instalações da CONTRATANTE e dos servidores, terceirizados e usuários do CR-PV.

2.1.4. Considerando que a categoria de brigada de incêndio está literalmente contemplada no rol de atividade permitidas a ser objeto de terceirização e que o quadro de servidores da CONTRATANTE não contempla os Postos abarcados pelas categorias necessárias às atividades, faz-se necessária a respectiva contratação.

2.1.5. Destaca-se que o serviço de brigada não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, razão pela qual deve ser executado de forma indireta no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.1.6. A portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece no inciso XXI, artigo 1º, o serviço de brigada de incêndio como sendo preferencialmente objeto de execução indireta no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.2. Objetivo da Contratação:

2.2.1. Preservação do patrimônio e da integridade dos servidores, terceirizados, estagiários e usuários em geral, em caso de incêndio;

2.2.2. Dificultar a propagação do incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

2.2.3. Proporcionar meios de controle e extinção do incêndio;

2.2.4. Dar condições de acesso para as operações do Corpo de Bombeiros.

2.2.5. Dotar o CR-PV dos recursos humanos necessários para atuar, em caráter preventivo e em situação emergencial, no combate a incêndio e na prestação de primeiros socorros a eventuais vítimas de acidentes e outras ocorrências que ameacem a saúde, a integridade física e a própria vida.

2.2.6. No âmbito preventivo, o brigadista profissional identifica e avalia os riscos existentes, inspeciona e testa os equipamentos de detecção e combate a incêndio, verifica as condições de rotas de fuga, participa nos exercícios simulados de abandono de edificação e presta informações relevantes às áreas responsáveis pela segurança das edificações para a adoção das medidas corretivas e saneadoras cabíveis.

2.2.7. Em situação real de emergência, o brigadista, em regra, é o primeiro a adotar as medidas para afastar o perigo e minimizar os efeitos nocivos do sinistro. Nesse contexto, pode combater princípio de incêndio, prestar primeiros socorros, prestar informações relevantes e auxílio às forças públicas no caso de agravamento da situação, além de outras atividades inerentes à profissão.

2.3. Dessa forma, em caso de incêndio, a ação coordenada e objetiva de profissionais especializados pode reduzir danos econômicos advindos do sinistro, resguardando o patrimônio público e o meio ambiente.

2.4. Portanto, a contratação do serviço de brigada de incêndio é imprescindível para o cumprimento das normas legais e regulamentos que tratam de segurança contra incêndio e pânico vigentes no Estado de Rondônia. Assim, faz-se necessária a contratação que se propõe.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação, de forma contínua, de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política prevencionista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas) com o emprego de materiais e equipamentos, necessários à prestação dos serviços para atendimento às instalações do Centro Regional de Porto Velho - RO que deverá ser de qualidade e executada por Bombeiro Civil Profissional habilitado para o exercício das

respectivas atribuições, credenciados no Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, para atuarem na segurança contra incêndio e pânico e para executarem ações de prevenção e de emergência, com dedicação exclusiva;

3.1.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com formação; habilidades e conhecimentos mínimos previstos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), Instrução Técnica nº 17/2017 do CBMRO (5258938) e Convenção Coletiva de Trabalho 2022-2023 (CCT) SRT00017/2023 (6019055), mantendo-os atualizados por meio de treinamentos periódicos.

3.1.2. Tabela descritiva dos serviços:

Item	Descrição	CBO	CatSer	Turno	Quantidade		
					Horas	Postos	Profissionais
01	Serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política preventivista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas) com o emprego de materiais e equipamentos, necessários à prestação dos serviços para atendimento às instalações do Centro Regional de Porto Velho - RO, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.	5171-10	25550	Diurno	12 horas DIURNAS, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	01	02

3.1.2.1. Sendo para tal dimensionamento de 01 posto de trabalho para Bombeiro Civil a ser preenchido por 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso de segunda-feira a sábado, inclusive feriados no turno diurno.

3.2. O Licitante Vencedor disponibilizará canais de atendimento direto com CR-PV como telefone fixo, celular e e-mail, visando a comunicação entre as partes buscando o alinhamento da prestação dos serviços.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Para o exercício da profissão, os brigadistas deverão preencher, no mínimo, os seguintes requisitos:

Posto/Serviço	Requisitos Mínimos conforme o subitem 5.3.2, Parte II da Instrução Técnica nº 08 do CBMPA	CBO
Bombeiro Civil (Brigadista)	Qualquer pessoa, de ambos os sexos, que atenda os seguintes requisitos: a. Ter mais de 18 anos; b. Permanecer na edificação durante seu turno de trabalho; c. Possuir experiência anterior como brigadista; d. Possuir boa condição física e boa saúde; e. Possuir bom conhecimento das instalações; f. Ter responsabilidade legal; e g. Ser alfabetizado. Ter sido aprovada no Curso de Formação de Brigadista Profissional e se encontre habilitada junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, nos termos da Instrução Técnica nº 17/20217 do CBMRO (5258938) .	5171-10

5.2. Da Comprovação da Formação Profissional e Requisitos para Desempenho dos Serviços:

5.2.1. Os profissional do Posto de Serviço contratado deve ter comprovadamente a formação mínima exigida para o exercício da atividade e preenchimento do Posto, bem como ser credenciado junto ao CBMRO, conforme estabelecido na Lei nº 11.901, de 2009, Instrução Técnica nº 17/2017 do CBMRO, Item 5.2 e demais normas que venham a estabelecer exigências de formação, apresentando o Certificado de conclusão do Curso de Formação de Brigadista Profissional (CFBP).

5.3. Requalificação do Brigadista Profissional:

5.3.1. O currículo e a carga horária do curso de requalificação seguirão o previsto no **Anexo B da Instrução Técnica nº 17/2017 do CBMRO (5258938)**.

5.3.2. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado a contratada deverá atender os requisitos das Normas Técnicas em vigor do CBMRO, em especial a Instrução Técnica nº 17/2017 do CBMRO.

5.4. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte: 5171-10 (Bombeiro Civil e salva-vidas).

5.5. Por se tratar de serviço de natureza continuada, cuja interrupção poderia prejudicar as atividades da Contratante, e pela sua contratação estender-se por mais de um exercício financeiro, o prazo de vigência deve ser de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, desde que atendidos os seguintes requisitos:

5.5.1. Os serviços forem prestados regularmente;

5.5.2. A Contratante mantém interesse na realização do serviço;

5.5.3. O valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a Contratante; e

5.5.4. A Contratada manifestar expressamente interesse na prorrogação.

5.6. O modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e os pagamentos serão a remuneração da contratada por posto de trabalho, de acordo com o Anexo V, item 2.6. alínea d.1.2 da IN/SEGES-MPDG nº 05/2017, no entanto, o método de cálculo para pagamento estará condicionado ao **Instrumento de Medição de Resultado (IMR), constante do Apêndice B**: o setor demandante optou pelo critério de remuneração por posto de serviço, em virtude de ser a forma mais adequada para apurar/medir os resultados da referida categoria de Bombeiro Civil (Brigadista).

5.7. O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

5.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.9. Para assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar o Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, em plena validade, para o exercício dos serviços relativos à segurança contra incêndio e pânico em Porto Velho-RO, conforme prescrito na Instrução Técnica nº39/2017 do CBMRO.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A licitante vencedora observará os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, conforme IN/SLTI nº 01/2010, Decreto 7.746/2012 e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU - Agosto de 2021 - 4ª Edição, de acordo com ações a serem adotadas como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e, também, nas atividades empresariais;

6.2. A otimização de recursos materiais;

6.3. A redução de desperdícios materiais; racionalização/economia no consumo de energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

6.4. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

6.5. As práticas de sustentabilidade vislumbradas, principalmente, em relação à redução dos danos ao meio ambiente e minimização de consequências sociais por ocasião de sinistros.

6.6. A empresa contrata deve sempre que possível, atualizar os brigadistas com cursos e treinamentos voltados a preservação da vida e do patrimônio da instituição.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone: (69) 3217-6270 e (69) 3217-6240 ou e-mail: sergio.fraga@sipam.gov.br ou luan.estacio@sipam.gov.br.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Após a realização da vistoria, será emitido uma Declaração de Vistoria pelo CENSIPAM, conforme modelo constante do **Apêndice F**, sendo esse documento apenas para fins de formalização de que a empresa visitou o local onde serão prestados os serviços.

7.5. Em nenhuma hipótese, a licitante poderá alegar desconhecimento de informações e de condições para o cumprimento das obrigações, como justificativa para inexecução ou execução irregular do objeto a ser contratado.

7.6. A visita tem por finalidade avaliar as condições das instalações/infraestrutura, atualmente, existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, consequentemente, assegurar que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do Centro Regional de Porto Velho - CR-PV, cito a Avenida Lauro Sodré, nº6.500 - Bairro Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260.

7.7. A empresa, que optar por não realizar a vistoria, deverá, obrigatoriamente, apresentar a declaração formal, assinada pelo responsável técnico da licitante/Preposto, indicando ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM/CR-PV.

7.8. A vistoria não é onerosa. nem cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame *in loco*; pois, a licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas (Acórdão nº 874/07 - TCU/2ª Turma).

7.9. No que tange à vistoria Técnica, será evitado reunir os licitantes em data e horário marcados capazes de dar-lhes conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes" (TCU. Manual de Obras Públicas, 2ª ed., 2009, p. 37).

7.10. Por ocasião da vistoria, ao licitante ou ao seu representante legal, poderá ser entregue *CD-ROM*, *pen-drive* ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.11. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços serão executados ininterruptamente, de modo a não comprometer a missão institucional, com dedicação de mão de obra exclusiva, devendo a empresa contratada fornecer mão de obra qualificada necessária à execução do serviço nas dependências do CENSIPAM - Centro Regional de Porto Velho - CR-PV, cito a Avenida Lauro Sodré, nº6.500 - Bairro Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260.

8.2. Para a execução dos Serviços será necessário 1 (um) Posto da categoria conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	CBO	CatSer	Quantidade		
				Horas	Postos	Profissionais
01	Serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política prevencionista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas) com o emprego de materiais e equipamentos, necessários à prestação dos serviços para atendimento às instalações do Centro Regional de Porto Velho - RO, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.	5171-10	25550	12 horas DIURNAS, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	01	02

8.3. A execução dos serviços será iniciada com a assinatura do contrato pelas partes, na forma que segue:

8.3.1. A Contratada prestará os serviços de acordo com a legislação vigente, obedecendo a uma jornada de trabalho de **12 horas DIURNAS, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.**

8.3.2. O critério de medição e pagamento serão a remuneração da contratada por postos de trabalho e fornecimento de material de consumo, equipamentos e utensílios para a perfeita execução dos serviços de brigadista, de acordo com o Anexo V, Item 2.6. alínea d.1.2 da IN/SEGES-MPDG nº 05/2017; no entanto, o método de cálculo para pagamento estará condicionado ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no **Apêndice B** deste Termo de Referência.

8.3.3. Poderá ocorrer remanejamento, respeitadas as jornadas de trabalho, nos horários de entrada e saída para adequar às necessidades deste Centro Regional de Porto Velho - CR-PV.

8.3.4. O fiscal do contrato poderá permitir a compensação das horas trabalhadas a mais em um dia, pela diminuição de horas em outro dia, conforme pré-acordo, no que convém ao interesse do órgão, dentro dos limites e horários estabelecidos neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8.3.5. Não será admitido hora extra.

8.3.6. Os postos de serviços não poderão ficar descobertos e, nas hipóteses de faltas do funcionário, a Contratada deverá, ao início da jornada do profissional, providenciar a disponibilização de um substituto, cujas qualificações sejam iguais àquelas definidas para o serviço contratado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

8.3.7. O cumprimento da jornada de trabalho será objeto de avaliação pelo fiscal do contrato, conforme detalhado no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **Apêndice B** deste Termo de Referência, para efeito de escalonamento do pagamento da Contratada. As horas não trabalhadas pelos empregados serão descontadas das horas efetivamente trabalhadas e servirão de base para calcular o desconto do pagamento mensal.

8.4. **Da Execução dos Serviços:**

8.4.1. Os serviços de brigada de incêndio serão executados pela Contratada compreendendo **ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência.**

8.5. **Ações de Planejamento e Acompanhamento:**

8.5.1. Metodologia de planejamento, condições para revisões, gerenciamento, cronogramas, riscos, cenários levantados, comunicação a autoridades competentes e previsão logística e garantia desta para manter a segurança do ambiente para usuários de maneira a preservar a vida, antes, durante e após eventuais sinistros e proteção ao patrimônio.

8.5.2. Planejar a resposta buscando assegurar, em um incêndio, que todos os ocupantes escapem para um local seguro rapidamente e sem machucados ou dificuldades.

8.5.3. Avaliar a organização, o treinamento e a supervisão das atividades dos Bombeiros Civis.

8.5.4. Elaborar e apresentar para CR-PV Relatórios Mensais dos Serviços Prestados.

8.6. **Ações de Prevenção:**

8.6.1. Realizar exercícios simulados, anualmente, na edificação, a fim de treinar a brigada e a população para o abandono seguro da edificação.

8.6.2. Identificar e avaliar os riscos existentes.

8.6.3. Elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos, apresentando sugestões para melhoria das condições de segurança.

8.6.4. Conhecer, em profundidade, a técnica de utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio como por exemplo: mangueiras, extintores, chuveiros automáticos dentre outros.

8.6.5. Conhecer a localização dos alarmes, extintores, caixas de incêndio, bem como a ligação do conjunto de bombas de pressurização da rede de hidrantes, operar os sistemas de alarmes já instalados e, desativá-los quando necessário no caso de falso alarme de incêndio.

8.6.6. Inspecionar constantemente os equipamentos de proteção contra Incêndio e de rotas de fuga. Comunicar o CR-PV por meio do livro de ocorrência os casos que estejam fora da normalidade.

8.6.7. Analisar as situações com presteza e agilidade, a fim de empregar os meios disponíveis para eliminar o incêndio.

8.6.8. Investigar a origem de qualquer anormalidade na edificação que seja indício de princípio de incêndio.

8.6.9. Apresentar ao CR-PV relatório formal das irregularidades encontradas, apresentando propostas e medidas corretivas para posterior verificação e execução.

8.6.10. Testar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio.

8.6.11. Avaliar, liberar e acompanhar as atividades de risco.

8.6.12. Realizar a execução dos testes nos sistemas instalados (detecção e alarme de incêndio, sprinkler, rede de hidrantes, extintores, força de iluminação de emergência) com o auxílio da empresa responsável pela manutenção dos referidos sistemas;

8.7. **Ações de Emergência:**

8.7.1. Identificação da situação e auxiliar no abandono da edificação.

8.7.2. Acionar imediatamente o CBMRO, independentemente de análise da situação.

8.7.3. Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes.

8.7.4. Combater os princípios de incêndios, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndios da própria edificação do CR-PV, e onde não haja a necessidade de uso de equipamentos de proteção individuais específicos.

8.7.5. Atuar no controle de pânico.

8.7.6. Prestar os primeiros socorros.

8.7.7. Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros.

8.7.8. Interromper o fornecimento de energia elétrica quando da ocorrência de sinistro.

8.7.9. Estar sempre em condições de auxiliar o CBMRO, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre a ocorrência, bem como promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança.

8.8. Aplicar, nas atividades diárias, os princípios de relações públicas e humanas recebidos nos cursos de formação, atendendo ao público, orientando e prestando informações;

8.9. Tratar todos os servidores, colaboradores da CONTRATANTE e dos Partícipes do prédio do CR-PV, colegas de trabalho e o público em geral com educação, urbanidade, presteza e atenção;

8.10. Acompanhar os eventos, conforme orientações repassadas pelo Gestor do Contrato;

8.11. Preencher corretamente todos os Formulários de Controle e Livros de Ocorrências, assinando-os e colocando o número da matrícula, o Posto e apresentando-os ao término do turno ao Gestor do Contrato, para que tome conhecimento das ocorrências havidas;

8.12. Registrar no Livro de Ocorrências os serviços realizados diariamente, bem como eventuais incidentes ou irregularidades que possam ocorrer durante o tempo de serviço ou qualquer outro tipo de informação que seja relevante registrar.

- 8.13. Manter afixado no Posto de Brigada de Incêndio, em local visível, o número do telefone da Polícia Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração do CR-PV, bem como outros, julgados de interesse da CONTRATANTE, assim por ela indicados;
- 8.14. Em caso de emergência, tomar as medidas de defesa necessárias para neutralizar a ameaça e somente entrar em áreas reservadas quando devidamente autorizado;
- 8.15. Proceder ronda diária, conforme orientações preestabelecidas;
- 8.16. Efetuar vistorias nas dependências e instalações da CONTRATANTE, quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas e em vigor, que deverão estar registradas no Livro de Ocorrências de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregar ao setor competente todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- 8.17. Os serviços serão executados no endereço abaixo:
- 8.17.1. Centro Regional de Porto Velho - CR-PV, cito a Avenida Lauro Sodré, nº 6.500 - Bairro Aeroporto, Porto Velho/RO, CEP 76.803-260;
- 8.17.2. A distribuição dos postos de serviços será de acordo com a necessidade da Contratante.
- 8.17.3. A jornada de trabalho dos profissionais será de 12 horas, em regime de revezamento da seguinte forma:
- 8.17.3.1. **12 horas DIURNAS, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas – das 07:00h às 19:00h.**
- 8.18. Além das ações descritas acima deverão ser observadas às previsões contidas na **Instrução Técnica nº 17/2017 do CBMRO.**
- 8.19. **Dos Deveres e Disciplina dos Brigadistas:**
- 8.19.1. Agir com cortesia, educação e urbanidade;
- 8.19.2. Ser assíduo e pontual, apresentar-se devidamente uniformizada;
- 8.19.3. Comunicar de imediato, qualquer dificuldade, defeito nos equipamentos ou outro fato que venha interferir na boa e perfeita execução dos serviços;
- 8.19.4. Manter-se nos postos de trabalho, não devendo afastar-se de suas atividades, principalmente, para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 8.19.5. Observar as normas de comportamento profissional e as técnicas de atendimento ao público, bem como, as normas internas do CENSIPAM;
- 8.19.6. Realizar os serviços utilizando os equipamentos disponíveis, observando as normas de higiene pessoal e de serviço;
- 8.19.7. Cumprir a escala de serviço observado, pontualmente, os horários de entrada e saída;
- 8.19.8. Atender as normas de higiene e saúde instituídas para cumprimento das atividades;
- 8.19.9. Portar crachá durante toda a permanência nas dependências do CR-PV;
- 8.19.10. Manter sigilo de todas as informações qualificadas, que obtiverem em razão do cargo que ocupam;
- 8.19.11. Colaborar com os demais empregados envolvidos na prestação do serviço, no sentido da harmonia de trabalhos;
- 8.19.12. Responsabilizar-se pela guarda e conservação do material a disposição do serviço;
- 8.19.13. Cumprir todas as normas disciplinadoras durante a jornada de trabalho e determinações legais emanadas pela CONTRATANTE;
- 8.19.14. Manter-se no Posto de Brigada de incêndio, não devendo se afastar dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- 8.19.15. Aplicar, nas atividades diárias, os princípios de relações públicas e humanas recebidos nos cursos de formação, atendendo ao público, orientando e prestando informações;
- 8.19.16. Acompanhar os eventos, conforme orientações repassadas pelo Gestor do Contrato;
- 8.19.17. Preencher corretamente todos os Formulários de Controle e Livros de Ocorrências, assinando-os e colocando o número da matrícula, o Posto e apresentando-os ao término do turno ao Bombeiro Civil, para que tome conhecimento das ocorrências havidas;
- 8.19.18. Registrar no Livro de Ocorrências os serviços realizados diariamente, bem como eventuais incidentes ou irregularidades que possam ocorrer durante o tempo de serviço ou qualquer outro tipo de informação que seja relevante registrar;
- 8.19.19. Proceder ronda diária, conforme orientações preestabelecidas, com o objetivo de resguardar a segurança das pessoas, do patrimônio mobiliário e imobiliário da CONTRATANTE e dos Partícipes do CR-PV, adotando cuidados e providências necessários para o correto desempenho dos serviços e manutenção da tranquilidade;
- 8.19.20. Efetuar vistorias nas dependências e instalações da CONTRATANTE quando da troca de turnos, acompanhado de seu substituto, comunicando-lhe todas as ocorrências e orientações recebidas e em vigor, que deverão estar registradas no Livro de Ocorrências de forma legível e de fácil leitura, bem como, entregar ao Supervisor da Segurança Orgânica todo o material e as chaves, sob sua guarda;
- 8.19.21. Inspeccionar todas as edificações, com o objetivo de detectar possíveis situações que possam por em risco a integridade física da população e do patrimônio do CR-PV;
- 8.19.22. Inspeccionar as edificações ao término do expediente, verificando se todos os equipamentos foram desligados e se as luzes encontram-se apagadas;
- 8.19.23. Atender, imediatamente, a qualquer chamado de emergência dentro do CR-PV, de competência da área de brigada;
- 8.19.24. Executar as demais atividades inerentes ao Posto de Serviço e necessárias ao bom desempenho do trabalho.
- 8.19.25. Não contatar verbal ou por escrito qualquer autoridade ou servidores da CONTRATANTE para tratar de assuntos atinentes ao Contrato, o que deve ser feito direta e exclusivamente ao Gestor do Contrato;
- 8.19.26. Não permanecer em grupos conversando com visitantes, colegas, servidores, prestadores de serviços;
- 8.19.27. Abster-se da execução de atividades alheias aos objetivos previstos neste Termo de Referência, durante o período em que estiver prestando os serviços.
- 8.20. **Da Jornada de Trabalho**
- 8.20.1. Os serviços de brigada de incêndio serão prestados de acordo com os horários e Postos preestabelecidos, podendo a CONTRATANTE alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atender demandas aos sábados e feriados;
- 8.20.2. A jornada de trabalho dos brigadistas será de 12 horas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, em regime de revezamento, sendo que os Postos funcionarão inclusive aos sábados e feriados. O revezamento entre os Postos se dará da seguinte forma:
- 8.20.2.1. **Horário Diurno: 7h às 19hs.**
- 8.20.3. O período de descanso de 36 (trinta e seis) horas dos brigadistas deverá ser rigorosamente respeitado pela CONTRATADA, com vista a assegurar a integridade física e psicológica desses profissionais, sendo vedada a prorrogação da jornada de trabalho (dobra) ou sua alocação em outros Postos alheios aos contratados;
- 8.20.4. Em nenhuma hipótese será permitida a ausência de profissional dos Postos de brigada de incêndio desguarnecendo qualquer Posto, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
- 8.20.5. Os horários de intervalos para refeição dos brigadistas serão definidos pelo Gestor do Contrato, observadas as demais disposições normativas que regem o assunto, sendo que, durante esses períodos de alimentação;

- 8.20.6. A frequência e a pontualidade dos profissionais dos Postos de Brigada de incêndio, deverão ser registradas e controladas, diariamente, bem como se, estes se encontram em condições de assumir o serviço tanto no aspecto da apresentação pessoal quanto no aspecto psicológico. As ocorrências deverão ser informadas à Fiscalização do Contrato, para que sejam adotadas as providências junto à CONTRATADA;
- 8.20.7. O controle de frequência, embora sob a responsabilidade da CONTRATADA, poderá ser solicitado pela CONTRATANTE a qualquer tempo;
- 8.20.8. Não há previsão de pagamento de horas extras, de intrajornada e das Súmulas TST nº 60 e 444, para os profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio.
- 8.20.9. A previsão de custo relativa ao intervalo intrajornada não deverá ser considerada na composição dos preços, haja vista a concessão aos profissionais dos Postos de Serviços contratados de, no mínimo, 1 (uma) hora para repouso e alimentação.
9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS
- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência, e em sua proposta, conforme **Apêndice G**.
- 9.2. Os materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA para a execução dos serviços contratados deverão ser de primeira qualidade e submetidos à prévia aprovação da CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões por ela exigidos no Edital e seus Anexos.
- 9.3. Os materiais e equipamentos deverão estar disponíveis nos locais onde os serviços serão realizados, quando do início da vigência do Contrato, e será agendada sua reposição sempre que necessária para a manutenção dos quantitativos definidos neste Termo de Referência, com recebimento e atesto pela Fiscalização do Contrato.
- 9.4. A reposição do efetivo mínimo de materiais e equipamentos deverá ser feita até o último dia útil do mês.
- 9.5. Não poderá, em hipótese alguma, serem repassados os custos de qualquer um dos itens de materiais e equipamentos aos profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio, salvo quando comprovadamente houver uso inadequado.
- 9.6. A CONTRATADA ficará responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos materiais e equipamentos utilizados na prestação dos serviços e a substituição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, ou ainda, quando não atenderem aos padrões exigidos no Edital e seus Anexos.
- 9.7. Caso a Fiscalização do Contrato constate que os materiais e equipamentos não se revestem de qualidade e condições de uso satisfatórias, e no caso de defeito, notificará a CONTRATADA para que providencie a substituição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação;
- 9.8. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais e equipamentos empregados.
- 9.9. A CONTRATADA fica ciente que na Planilha de Custos e Formação de Preços (6270131) a concepção do custeio integral dos **UTENSÍLIOS** durante a vigência contratual permeia ao entendimento em que, caso o contrato não seja prorrogado, tais utensílios e materiais de consumo são de propriedade do Censipam, em razão dos mesmos estarem na sua integralidade pagos. No entanto, partindo para o pressuposto que o contrato poderá vir a ser renovado, tais valores poderão ser reconhecidos como custos não renováveis quando da sua prorrogação.
10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Item	Posto de Serviços	Código Brasileiro de Ocupação CBO	Quantidade		CatSer	Período	Carga Horária Semanal
			Posto	Profissionais			
1	Bombeiro Civil (Brigadista)	5171-10	01	02	25550	Diurno	12 horas de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.

- 10.2. O empregado deverá cumprir os horários determinados pela administração, desde que não seja afetada a soma 36 horas semanais e não fira a legislação trabalhista.
- 10.3. As planilhas de formação de preços deverão vir desoneradas do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS, conforme Acórdão nº 1.025/2015 – TCU – Plenário – Informativo nº 240.
- 10.4. Levando em consideração a vigência do contrato inicial de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993:
- 10.4.1. A rubrica férias (**8,33%**), que compõe o Item B do submódulo 2.1 da planilha, tem como principal objetivo suprir a necessidade no final do contrato de 12 meses, o pagamento ao direito às férias remuneradas, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se objeto de **custo não renovável, que deverá ser excluído quando da condução da primeira prorrogação da vigência contratual**, a ser ajustada por meio de Termo Aditivo ao Contrato, conforme conteúdo do item 1.2. do Anexo VII-F, bem como, do item 9 do Anexo IX, ambos conteúdos da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.
- 10.4.2. A licitante deverá apresentar, com a proposta resumida, Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente preenchida, a qual deverá ser confeccionada conforme Anexo VII-D da IN 5/2017 com a 7/2018, não sendo permitido a adoção de modelo diverso.
- 10.4.3. As propostas deverão conter os preços mensais da prestação dos serviços por característica dos postos e a proposta do preço global e anual.
- 10.4.4. O salário do profissional, tal como, os demais benefícios, não poderão ser inferiores aos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho, Número de Registro no MTE nº SRT00017/2023 em 20 de janeiro de 2023, estabelecido pela Federação Nacional dos Trabalhadores Bombeiros Cívicos - FENABCI, Sindicato dos Bombeiros Cívicos do Estado do Maranhão, Sindicato dos Bombeiros Profissionais Cívicos do Estado de Sergipe e Federação Nacional dos sindicatos de Empresas de recursos Humanos, Trabalho Temporário e Tercerizado - FENASERHTT (6019055), conforme a Cláusula Quarta - Salário Normativo - **Tabela salarial**, para prestação de serviços na cidade de Porto Velho/RO.
- 10.5. Em eventuais prorrogações serão estabelecidos os regramentos do item 1.2. - Anexo VII-F, bem como, do item 9 do Anexo IX, ambos conteúdos da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, pois nas prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados da planilha de custos e formação de preços como condição para a renovação.
- 10.7. O desconto do auxílio alimentação é de 20% conforme o Parágrafo Primeiro da Cláusula Vigésima Terceira da CCT 2022-2023, previsto na Lei nº 6.321 de 14abr76 - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Decreto-Lei nº 5.452 de 01mai43 - Consolidações das Leis do Trabalho (CLT) conforme o parágrafo 3º do artigo 458.
11. UNIFORMES
- 11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para os empregados, observando o disposto nos itens seguintes:
- 11.1.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:
- 11.1.2. **Camiseta** - 08 (oito) unidades anual;
- 11.1.3. **Gandola** - 04 (quatro) unidades anual;

- 11.1.4. **Calça** - 08 (oito) unidades anual;
- 11.1.5. **Cinto** - 02 (dois) unidade anual;
- 11.1.6. **Bolsa Tática** - 02 (duas) unidade anual;
- 11.1.7. **Coturno** - 02 (dois) par anual;
- 11.1.8. **Meias** - 08 (oito) pares anual; e
- 11.1.9. Cada item de uniformes elencados acima são para atender aos **02 (dois)** empregados durante um período de uma ano, cabendo a cada um a **metade** da quantidade solicitada.
- 11.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

Tipo	Especificações
Camiseta	Tecido em malha fria, estampado nas costas o nome "Bombeiro Civil" em meia-lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito a estampa do órgão
Gandola	Tecido "Rip-Stop" profissional, composto por 33% algodão e 67% poliéster, fechamento com botão e zíper, dois bolsos laterais na altura do abdômen, um de cada lado (12 cm de comprimento por 10 cm de largura cada); um bolso lateral direito, partindo abaixo da clavícula e próximo ao ombro (10 cm de comprimento e 7 cm de largura). Manga comprida que permita a dobra em até ¾.
Calça	Tecido "Rip-stop" profissional, composto por 33% algodão e 67% poliéster, fechamento com botão e zíper, cinco presilhas, um bolso lateral na altura de cada fêmur com lapela e fechamento em velcro (25 cm de comprimento por 20 cm de largura), um bolso lateral esquerdo na altura da fíbula (20 cm de comprimento por 12 de largura). Peso aproximado 500 gramas.
Cinto	Cinto Padrão com fivela, na cor vermelha em nylon.
Bolsa	Bolsa Tática de perna com duas fivelas (cintura e perna).
Coturno	- Isolamento elétrico, na cor preta; - Cabedal: Couro Nobuk hidrofugado, com espessura de 2 mm, dublado com tecido de poliéster impermeável e colarinho de couro em pelica; - Solado: Borracha, modelo Rochado, maciço, vulcanizado ao cabedal e resistente à corrente elétrica; - Forração interna: Acrílico automotivo, com isolamento térmico em EVA; - Reforço Interno: Material Termoplástico leve e resistente, no bico e no calcanhar; - Cadarços e Linhas: Poliéster e poliamida hidrofugados; - Palmilha de montagem: Bidim resinado de 2,5mm de espessura; - Palmilha de conforto: EVA moldado, espessura de 4 a 14 mm, com fungicidas e bactericidas; - Vedação: Resistente à água ou 100% impermeável; - Altura média do Cano: 21/18 mm (medida externa / medida interna); - Cor: Preta.
Meias	Meias táticas de alta performance Thermo Dry, tipo cano longo, Composição: Algodão (61%), Poliamida (26%), Poliéster 08%, outras fibras (05%)

- 11.3. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue ao empregado no início da execução do contrato.
- 11.4. A quantidade de itens dos uniformes estimado refere-se ao previsto para o período de um ano, porém, deverá ser fornecida a metade a cada seis meses, exceto para eventual item com quantidade anual igual a 1 (um), que deverá ser fornecido no início da execução contratual e no início de cada período prorrogado, se houver.
- 11.5. Todos os itens do conjunto de uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e, a pedido dela, poderão ser substituídos, caso não correspondam às especificações.
- 11.6. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto a tecido, cor, modelo, desde que previamente aceitas pela FISCALIZAÇÃO.
- 11.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- 11.8. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.
- 11.9. É vedada a distribuição de uniformes usados aos profissionais dos Postos de Brigada de Incêndio.
- 11.10. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo de até 48 (quarenta e oito horas), após a comunicação da Fiscalização do Contrato, qualquer peça do uniforme que apresente desgaste excessivo ou defeito de fábrica não constatado no ato da entrega dos conjuntos, bem como os que não atendam às condições mínimas de apresentação, sem prejuízo de outras penalidades contratuais a serem aplicadas, em caso de má-fé.
- 11.11. Sempre que os uniformes estiverem apresentando defeito ou desgaste deverão ser substituídos, sem que seja necessária a solicitação por parte da Fiscalização do Contrato, mas, caso, este, o faça, o prazo de atendimento será de até 48 (quarenta e oito) horas.
- 11.12. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como, nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento dos serviços e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 13.1. Para assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá apresentar o Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, em plena validade, para o exercício dos serviços relativos à segurança contra incêndio e pânico, conforme as Instruções Técnicas 17 e 39 CBMRO.
- 13.1.1. A solicitação do credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO para emissão do Certificado, em tempo hábil para a assinatura do contrato, é responsabilidade exclusiva da licitante; desta forma, em caso de não atendimento ao disposto, ficará a licitante sujeita às sanções previstas no item 23 deste TR.
- 13.1.2. Não será concedido prazo extra para assinatura do Contrato.
- 13.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.15. Submeter previamente, por escrito à Contratante para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como, as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como, os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

- 13.23. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.24. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.26. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.27. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como, valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.28. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.29. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como, das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.30. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.34. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.34.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.34.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.34.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.35. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.36. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.36.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail.
- 16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
- 16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- 16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e

- 16.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 16.7.2. entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.7.3. entregar, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- 16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
- 16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 16.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 16.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 16.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 16.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.10. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.13. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.14. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.15. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.15.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.15.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.15.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 16.18. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.27. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.30. O Gestor do Contrato deverá conduzir-se observando as seguintes disposições:

- a) Abstenha-se de atribuir a execução de atividades inerentes a servidores públicos a profissionais terceirizados, conforme determina o art. 1º, § 2º, do Decreto 2.271/1997 (TCU. Acórdão nº 604/2009 – Plenário);
- b) Adote medidas necessárias para “impedir que pessoas sem vínculo formal com a Administração Pública desenvolvam qualquer atividade de gestão no âmbito do órgão”, e “que empregados na condição de terceirizados não atuem em atividades-fim do órgão” (TCU. Acórdão nº 391/2009 – Plenário);
- c) Exerça “controle efetivo da frequência e das horas trabalhadas, exija [...] exames detalhados prévios ao atesto das informações contidas nos controles de frequência exercidos pelas empresas e somente efetue os pagamentos dos períodos efetivamente trabalhados” (TCU. Acórdão nº 1.330/2008 – Plenário);
- d) Não permita “que parentes de servidores sejam contratados pelas empresas terceirizadas, em atenção aos princípios da moralidade e da impessoalidade que devem nortear a gestão da coisa pública” (TCU. Acórdão nº 1.282/2008 – Plenário);
- e) Observe “que o registro das ocorrências afeta à sua execução, particularmente as faltas ao serviço, justificáveis ou não, dos terceirizados, seja formalmente realizado no mês em que ocorrerem, refletindo assim seu impacto financeiro na fatura do próprio mês, em rigorosa atenção ao disposto no art. 76 da Lei nº 8.666/93” (TCU. Acórdão nº 646/2007 – Plenário);
- f) “Deve ser coibida toda e qualquer forma de procedimento que possa caracterizar a subordinação direta de trabalhadores terceirizados a quaisquer dos gestores, exigindo a presença de prepostos das contratadas em suas dependências em todo o tempo de expediente de prestação de serviços” (TCU. Acórdão nº 1.978/2004 – Plenário);
- g) Exerça rigorosa fiscalização na execução dos contratos, especialmente no que tange a obrigatoriedade da empresa “arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes de obrigações trabalhistas dos empregados terceirizados, de forma a evitar a responsabilização subsidiária preconizada pelo inciso IV da Súmula/TST nº 331” (TCU. Acórdão nº 3.619/2009 – Segunda Câmara);
- h) Consulte, para efeito de cada pagamento e de cada renovação contratual, a regularidade fiscal (via SICAF) e trabalhista (via CNDT) da empresa, para comprovar a manutenção dos requisitos de habilitação pela contratada (art. 55, XIII, da Lei 8.666/93);
- i) Fiscalize o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, na forma prevista na IN/SEGESMP nº 05/2017; e
- j) Considere, em eventuais prorrogações de vigência contratual, os efeitos da Lei nº 12.506/11 em relação ao aviso prévio, conforme Mensagem nº 075703, de 23/08/2012, inserida no SIASG – COMUNICA.”

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Apêndice B deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. Objetivo a atingir: prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade;

17.3. Forma de avaliação: definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 7, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,1% a 2,0% do valor mensal contratado;

17.4. Adequação de pagamento e sanções administrativas: embora a aplicação de índices aos indicativos seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos, aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que, quando o percentual de descontos no mês for superior a 30% (trinta por cento), poderá estar caracterizada inexecução parcial do contrato, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de sanção administrava, nos termos da Lei e do Contrato, observada o contraditório e ampla defesa;

17.5. Em qualquer caso, o desconto pela aplicação do IMR fica limitado a 30% (trinta por cento) do valor mensal do contrato;

17.6. Na execução dos serviços contratados, a contratada, além da observância do IMR, deverá seguir os seguintes elementos de qualidade na prestação dos serviços:

Confiabilidade	Prestar o serviço com confiabilidade ao cliente/contratante, exemplificando quanto um prazo de entrega for contratado/estabelecido, esse deverá ser atendido para que o serviço seja considerado confiável.
Cortesia	Ser gentil, paciente e cortês com o público em geral procurando compreender entender as demandas a seu cargo e solucioná-las nos limites de sua competência.
Comunicação	Utilizar-se de linguagem formal, clara e acessível, simplificando a prestação do serviço entre os agentes envolvidos.
Competência	Apresentar competência mostrando ser conhecedor do serviço prestado.
Segurança	Transmitir segurança quando da execução das atividades exigidas na prestação do serviço.
Tecnicidade	Grau de profissionalismo na prestação do serviço.

17.7. Especificação da falha e do respectivo grau em que se enquadra:

TABELA 01:

Item	Descrição
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.
2	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos administrados ou a seus empregados, bem como servidores e frequentadores do prédio, em face do contrato ou em razão dele.

3	Manter ou designar trabalhador sem a qualificação/habilitação exigida para executar os serviços contratados.
4	Efetuar com atraso o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais (INSS, FGTS, auxílio alimentação, auxílio transporte etc).
5	Deixar de apresentar documentos contratuais exigidos quando solicitado ou recusar/retardar a prestação de informação que foi solicitada, inclusive nos casos de respostas às notificações do fiscal do contrato.
6	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução do fiscal do contrato.
7	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela, após notificação pelo órgão fiscalizador.
8	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não preste os serviços a contento.
9	Deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato.
10	Atrasar na entrega de uniformes, materiais e equipamentos exigidos no Termo de Referência.
11	Permitir que o empregado deixe de utilizar o uniforme ou utilizar em desconformidade com o exigido.
12	Deixar o posto descoberto, com possíveis exceções.
13	Não utilização ou utilização irregular do ponto eletrônico pelos empregados, salvo em caso de pane, desde que em caso isolado e mediante comunicação à fiscalização do contrato; ou, quando não exigível, assinatura fraudulenta ou irregular da folha de ponto (assinatura em data).
14	Permitir atraso reincidente dos empregados no início da prestação de serviços, após notificação à contratada para correção.
15	Não Fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), ou fornecê-los em desacordo com as normas regulamentares vigentes aos seus empregados.

TABELA 02:

Grau	Correspondência
1	0,1% Sobre o Valor Mensal do Contrato
2	0,2% Sobre o Valor Mensal do Contrato
3	0,4% Sobre o Valor Mensal do Contrato
4	0,6% Sobre o Valor Mensal do Contrato
5	1,0% Sobre o Valor Mensal do Contrato
6	1,5% Sobre o Valor Mensal do Contrato
7	2,0% Sobre o Valor Mensal do Contrato

17.8. A equipe de gestão e fiscalização do contrato será exercida pela COINT - Coordenadoria de Inteligência e definida pela Autoridade máxima do Centro Regional de Porto Velho - CR/PV;

17.9. Sempre que necessário, a Administração utilizará de e-mail, telefone, SEI como meios de comunicação com a contratada;

17.10. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato;

17.11. Na avaliação da prestação dos serviços será utilizado formulário contendo os fatores de avaliação elaborados pela Administração da Contratante, onde será atribuída pontuação de 0 a 10 para cada fator avaliado (Apêndice B);

17.12. O resultado da avaliação será obtido pela média aritmética da soma das pontuações resultante das avaliações realizadas. Será atribuído o conceito ÓTIMO, BOM, REGULAR e RUIM.

17.13. Na primeira avaliação que resultar conceito REGULAR a contratada será advertida por escrito pela autoridade competente do Contratante. A reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada, ou a avaliação com conceito RUIM, ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal, correspondente ao mês de prestação do serviço. A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, ensejará a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas.

17.14. A aplicação dos dispostos nesta Cláusula não prejudica a aplicação das sanções administrativas previstas nos Artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

17.15. O pagamento da Fatura/Nota Fiscal dos serviços relativo ao mês da avaliação será ajustado para 95% (noventa e cinco por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito REGULAR pela segunda vez consecutiva ou intercalada; para 90% (noventa por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito RUIM, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas previstas nos Artigos 86 a 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

17.16. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.17.1. não produziu os resultados acordados;

17.17.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.17.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal.

18.4.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.9.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

18.9.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

18.9.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

18.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.4.1. o prazo de validade;

19.4.2. a data da emissão;

19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

19.4.4. o período de prestação dos serviços;

19.4.5. o valor a pagar; e

19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I =	(6/100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
	365	

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.2. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.3. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.4. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.5. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.

21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;

21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

21.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

21.12. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

21.14. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; e

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

21.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

- 21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 21.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período**, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, **comprovante de prestação de garantia**, inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, podendo optar por **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária**, em valor correspondente a **5 % (cinco por cento) do valor total do contrato**, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias, contado da data de encerramento do contrato, **devendo ser renovada a cada prorrogação**.
- 22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 22.10. Será considerada extinta a garantia:
- 22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- 22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.
- 22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante à comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.13.1. Também, poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 22.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 23.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 23.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 23.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 23.1.5. cometer fraude fiscal.
- 23.1.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 23.1.7. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 23.1.8. **Multa de:**
- 23.1.8.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 23.1.8.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 23.1.8.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 23.1.8.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 23.1.8.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato.
- 23.1.8.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 23.1.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e todas as unidades abarcadas pelo Ministério da Defesa (MD), por até 2 (dois) anos.
- 23.1.10. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 23.1.10.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 23.1.10.2. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "23.1.10" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 23.1.10.3. As sanções previstas nos subitens 23.1.7, 23.1.9, 23.1.10 e 23.1.10.1. poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 23.1.10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **Tabelas 1 e 2**:

Tabela 1	
Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
Infração		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
5	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01
11	Providenciar treinamento para seus empregados conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	01

- 23.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 23.2.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 23.2.2. tenham praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 23.2.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

23.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

23.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

24.3.2. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.3.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.3.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.3.4. O credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia para emissão do Certificado de Credenciamento em tempo hábil para a assinatura do contrato é responsabilidade exclusiva da licitante. Desta forma, em caso de não atendimento ao disposto, ficará a licitante sujeita às sanções previstas no item 23 deste Termo de Referência.

24.3.3.5. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global máximo de até **R\$ 197.651,28 (cento e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos)**.

24.4. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global do Item**, conforme definido neste instrumento e seus anexos.

24.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

25.1. A contratação dos serviços foi estimado no valor mensal de **R\$ 16.470,94 (dezesesse mil quatrocentos e setenta reais e noventa e quatro centavos)** e o valor estimado anual de **R\$ 197.651,28 (cento e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos)**.

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

26.1. A despesa decorrente da contratação correrá à conta da dotação – exercício 2023 com a seguinte classificação contábil e orçamentária:

26.1.1. Órgão/Gestão: 110511/0001

26.1.2. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional

26.1.3. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam

26.1.4. Fonte: 100 - Recursos Livres da União

26.1.5. Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento do CENSIPAM

26.1.6. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640

26.1.7. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESAS
Único	Bombeiro Civil (Brigadista) - 12 horas DIURNAS , de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	33.90.37.07 - Serviços de Brigada de Incêndio.

26.1.8. Código do Sistema PTA/2023: 234/23 - Brigadista (CR/PV)

27. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

27.1. Apêndice A: **Estudo Técnico Preliminar (6573187)**;

27.2. Apêndice B: **Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**;

27.3. Apêndice C: **Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**;

27.4. Apêndice D: **Modelo de Proposta**;

27.5. Apêndice E: **Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades**;

27.6. Apêndice F: **Declaração de Vistoria**; e

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
Integrante Requisitante
Portaria nº 3188/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5152342)

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR
Integrante Técnico
Portaria nº 3188/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5152342)

SÉRGIO LUIZ MARQUES FRAGA
Integrante Administrativo
Portaria nº 3188/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5152342)

De acordo com a presente contratação.

CAÊ AIRES MOURA LACERDA
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra
Atualização: Julho/2021

APÊNDICE A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 50/2022 (6573187)

APÊNDICE B

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Avaliação da Qualidade dos Serviços

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE BOMBEIRO CIVIL (BRIGADISTA)

Processo nº _____ Nota Fiscal: _____ Referência: _____/202__

Nº 01 – Cumprimento das Obrigações Contratuais	
Item	Descrição

Finalidade	Garantir a conservação do patrimônio da Instituição e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de segurança, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às atividades administrativas e técnicas do CENSIPAM/CR-PV.
Meta a cumprir	Diária, conforme obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Cálculo de Índice de Desempenho Mensal na avaliação devem ser atribuídos ao formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Regular” e “Ruim”, para cada Item Avaliado. 1. Ótimo - O 2. Bom - B 3. Regular - RE 4. Ruim – R
Forma de acompanhamento	Inspeções “in loco” e documentos exigidos no contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Apuração mensal da quantidade de ocorrências para determinação do Índice de Desempenho.
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato.
Nota Obtida	Penalidade a Ser Aplicada
Para resultado entre 70 a 79	Pagamento de 95% da Nota Fiscal ou Fatura
Para resultado entre 60 a 69	Pagamento de 90% da Nota Fiscal
Para resultado entre 50 a 59	Pagamento de 80% da Nota Fiscal
Para resultado de 50	Pagamento de 70% da Nota Fiscal
Observações: 1) O resultado das verificações, quanto ao cumprimento deste Instrumento de Medição de Resultado (IMR), será enviado à Contratada ou recebido no local da execução dos serviços, por intermédio do seu Preposto; 2) Cada ocorrência será classificada conforme os conceitos de acordo com os itens avaliados; 3) Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro; 4) Para apuração do Índice de Desempenho Mensal, será considerado o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês medido.	

LEGENDA:	O = Ótimo	B = Bom	RE = Regular	R = Ruim	NA = Não se Aplica
ITENS AVALIADOS – SERVIÇOS/PROCEDIMENTOS/BRIGADISTAS					CONCEITO
1	Inspeccionar as dependências da CONTRATANTE, conforme especificações do Termo de Referência, visando detectar possíveis situações que possam pôr em risco a integridade física dos servidores e do patrimônio público, tomando as providencias necessárias para evitá-las, verificando periodicamente os sistemas de Proteção Contra Incêndio o Pânico.				
2	Treinar a população para o abandono da edificação no que concerne aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, cursos.				
3	Preencher corretamente os formulários de controle e/ou livros de ocorrências, identificando-se, e apresentá-los ao término do turno à coordenação administrativa da unidade competente da CONTRATANTE, para que tome conhecimento das ocorrências.				
4	Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, quando houver qualquer anormalidade ou informação que possa vir a representar algum risco para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização.				
5	Conhecer o funcionamento e saber operar todos os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes nas edificações.				
6	Conhecer todas as vias de escape dos prédios e auxiliar no abandono da população da edificação adotando as técnicas de abandono de área.				
7	Acionar imediatamente o CBMRO, em caso de princípio de incêndio, independentemente de análise de situação.				
8	Repassar ao bombeiro que estará assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações.				
9	Assumir o posto e manter sob sua guarda, responsabilidade e conservação todos os materiais e equipamentos necessários para o bom desempenho do trabalho.				
10	Ser pontual e permanecer no posto de trabalho durante o turno.				
11	Combater os incêndios em sua fase inicial e tentar controlar o fogo por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação.				
12	Controlar o pânico em caso de sinistro nas edificações.				

13	Prestar primeiros socorros às possíveis vítimas, mantendo ou restabelecendo suas funções vitais com Suporte Básico da Vida, até que se obtenha o socorro especializado.	
14	Quando necessário, auxiliar na retirada de materiais para minimizar as perdas patrimoniais devido a sinistros.	
15	Solicitar a interrupção do fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando ocorrer algum sinistro.	
16	Auxiliar o CBMRO, por ocasião de sua chegada, e fornecer os dados necessários sobre o sinistro, bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança e ao PPCI do Centro Regional de Porto Velho.	
17	Elaborar, implementar e propor alterações ao PPCI Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico.	
18	Acompanhar e prestar apoio aos eventos realizados pelo Centro Regional de Porto Velho.	
19	Prestar os serviços de forma célere sempre que chamados ao cumprimento de tarefas.	
20	Conhecer os pontos de comando de energia elétrica, bem como os registros de água, para que, quando necessário, seja efetuado o desligamento.	
21	Vistoriar saídas de emergência.	
22	Vistoriar extintores.	
23	Vistoriar nível de reservatórios de água.	
24	Vistoriar hidrantes e mangueiras de incêndio.	
25	Vistoriar Sistema de bombas de Incêndio.	
26	Vistoriar portas corta-fogo.	
27	Vistoriar a iluminação de emergência.	
28	Operar equipamento de radiocomunicação, sempre que necessário.	
29	Equipamentos de serviço estão de acordo com as especificações do Termo de Referência.	
30	Observam e cumprem todas as normas internas do Órgão e de comportamento profissional.	
31	Guardam sigilo das informações relacionadas ao serviço.	
32	Empregados estão capacitados para o exercício das atribuições da categoria envolvida na contratação.	
33	Empregados cumprem o horário de trabalho estabelecido pelo Contrato.	
34	Os empregados cumpriram todas as atribuições previstas no Termo de Referência.	
35	Os empregados sempre executam os serviços com presteza.	
36	Uniforme completo e em boas condições	
37	Atraso para início da prestação do serviço, por período de até 30 (trinta) minutos.	
38	Término da prestação de serviço antes do horário preestabelecido.	
39	Descumprimento do tempo regular de intervalo (almoço).	
40	Indisponibilidade da prestação do serviço (ausência de algum dos funcionários, sem a devida cobertura) por um período superior a 30 (trinta) minutos.	
41	Ausência constante no posto de serviço.	
42	Distrações, conversas, confraternizações irregulares que atrapalhem a execução do serviço.	
43	Tratamento inadequado com o público.	

Quantidade de Ambientes Vistoriados = X			
Conceitos	Quantidade (A)	Equivalência (E)	Pontos Obtidos (Y) (Y= A x E)
Quantidade de Ótimo =		x 100 (Ótimo)	
Quantidade de Bom =		x 90 (Bom)	
Quantidade de Regular =		x 85(Regular)	
Quantidade de Ruim =		x 50 (ruim)	
TOTAL			
Nota Final			
A Nota N será obtida mediante o resultado do somatório total dos pontos obtidos (Y) dividido pelo número de ambientes vistoriados (X). $N = \frac{\sum Y}{X}$			
Faixa de Ajuste para Pagamento da Nota Fiscal Mensal			

100% da Nota Fiscal	Para resultado entre 80 a 100.
95% da Nota Fiscal	Para resultado entre 70 a 79.
90% da Nota Fiscal	Para resultado entre 60 a 69.
80% da Nota Fiscal	Para resultado entre 50 a 59.
70% da Nota Fiscal	Para resultado de 50.
Para resultados de 50, a Contratada, além do desconto previsto na Faixa de Ajuste de Pagamento, ficará sujeita às sanções devidas por descumprimento contratual conforme previsto no Termo de Referência.	

Fiscal _____ do Contrato nº ____/20__

Portaria nº _____
CENSIPAM - CR/PV

APÊNDICE C

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº PROCESSO:

LICITAÇÃO Nº: ____ / ____

Dia ____ / ____ / ____ às ____ : ____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Porto Velho/RO
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	SRT00017/2023
D	Nº de meses de execução contratual	12 meses

Identificação do Serviço

Descrição do Serviço	Classificação Brasileira de Ocupações -CBO	Turno	Postos	Profissionais
Bombeiro Civil (Brigadista) - 12 horas, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	5171-10	Diurno	1	2

Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Bombeiro Civil – Diurno (brigadista)
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	5171-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional - Piso Salarial	R\$ 1.973,27
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Bombeiro Civil
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/08/2022

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.
Nota 2: A planilha será calculada, considerando o valor mensal do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

I	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário Base		
B	Adicional de periculosidade	30	
Total			

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
-----	---	----------------	-------------

A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33	
B	Férias e Adicional de Férias	12,10	
Total		20,43	

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	RISCO AMBIENTAL DE TRABALHO (SAT x FAP)	3,00%	
D	SESC ou Sesi	1,50%	
E	SENAI ou SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total		36,80%	

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.
Nota 2: O SAT, a depender do grau de risco do serviço, irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo I, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte (15 dias efetivamente trabalhados x 2 Vales x R\$ 6,00) - (6%)	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula Vigésima Terceira - CCT SRT 00017/2023)	
C	Cesta Básica (Cláusula Vigésima Quarta - CCT SRT 00017/2023)	
D	Assistência Odontológica (Cláusula Vigésima Nona - CCT SRT 00017/2023)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diário	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44	
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94	
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,72	
F	Multa do FGTS e contribuições sociais do Aviso Prévio Trabalhado	0,56	
Total		7,11	

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Dias de reposição	Valor (R\$)
A	Férias	30	
B	Ausências legais	1	
C	Licença paternidade	15	
D	Ausência por acidente de trabalho	5	
E	Afastamento Maternidade	20	
F	Outros (especificar)	0	
Total			

Submódulo 4.2 - Intraornada

4.2	Intraornada	Valor (R\$)
-----	-------------	-------------

A	Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto nas Intrajornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais de Consumo	
C	Utensílios	
D	Equipamentos	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual %	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	10,00	
B	Lucro	10,00	
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (PIS)	0,65	
	C.1.2 Tributos Federais (COFINS)	3,00	
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)	5,00	
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente aos tributos é obtido, aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. Quadro-resumo do Custo por Empregado

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	
Subtotal (A + B +C+ D+E)		
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
I	Bombeiro Civil (Brigadista) - 12 horas, de segunda-feira a sábado, em turnos de 12 x 36 horas.	R\$	2	R\$	1	R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

	Valor Global da Proposta	
	Descrição	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

À

DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/202__
HORÁRIO: ____ h ____ min.

Proposta que faz a empresa para a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada para a prestação, de forma contínua, de serviços de prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política prevencionista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de Bombeiros Civis (Brigadistas) com o emprego de materiais e equipamentos, necessários à prestação dos serviços para atendimento às instalações do Centro Regional de Porto Velho - RO, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, nas condições e especificações, contidas no Termo de Referência, do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/202__, conforme tabela abaixo:

Identificação				
RAZÃO SOCIAL:				
ENDEREÇO:		UF:	CEP:	
TELEFONE:	()			
EMAIL:				

Item/Grupo	Descrição Completa	Quantidade /Meses	Preços Unitários	Preços Mensais	Preços Globais

Custos Decorrentes da Execução Contratual

Indicação dos Sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho

Produtividade Adotada

Quantidade de Pessoal		
Função	Quantidade	

Relação dos Materiais, Utensílios e Equipamentos		
Material	Quantidade	Especificação

Outras Informações Importantes

Deverão ser anexadas a esta Proposta: as planilhas de composição de custo e formação de preços do posto de trabalho envolvido; as planilhas de preços unitários; memória de cálculo detalhada dos encargos que fundamentam os valores constantes da sua proposta e GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do licitante.

Declaramos que atenderemos a todos os dispositivos constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/202__.

Declaramos que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas referentes ao objeto da licitação; tais como: custos diretos e indiretos; tributos incidentes; taxas de administração; transporte; mão de obra; encargos sociais; trabalhistas; seguros; lucro; e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de Validade da Proposta: dias não inferior a 90 (noventa) dias.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Fac-símile:**Dados bancários**

Local e data,de de 202____.

Assinatura e carimbo
(Representante Legal da Empresa)**APÊNDICE E****DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES**

A empresa.....CNPJ/MF sob o nº, situada (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, o(a) Sr.(a), portador(a) da carteira de identidade nº e do CPF nº, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o CENSIPAM.

Local, de de 202.....

Assinatura do declarante:.....

Nome do declarante:.....

Número da identidade do declarante:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE F**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência /CENSIPAM-202____, que a Empresa, CNPJ nº, por intermédio de seu Representante Legal/Preposto, Sr., RG nº e CPF nº, compareceu perante o representante do CENSIPAM no Centro Regional de Porto Velho, e visitou as dependências e instalações, quando conheceu todas as áreas abrangidas, as condições técnicas exigidas na execução dos serviços, esclarecendo todas as dúvidas sobre o objeto desta licitação, dando-se por satisfeita com as informações obtidas e considerando-se plenamente capacitada a elaborar a proposta de preços.

...../....., de de 20.....

Assinatura e carimbo do servidor do CENSIPAM

Declaro, junto ao Pregoeiro do CENSIPAM, que a empresa deu-se por satisfeita com as informações obtidas, junto ao Centro Regional de Porto Velho, e nos consideramos plenamente capacitados a elaborar a nossa proposta de preços.

Assinatura do Representante Legal da Empresa:

Nome do Representante Legal da Empresa.....

Número da identidade do Representante Legal da Empresa:

Carimbo da Empresa com CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE G

RELAÇÃO DE MATERIAIS E UTENSÍLIOS

1. DOS UNIFORMES A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

Item	Tipo	Especificações	Unidade	Quantidade Anual por funcionário
1	Camiseta	Tecido em malha fria, estampado nas costas o nome "Bombeiro Civil" em meia-lua, na frente no peito do lado esquerdo a logomarca da empresa e no lado direito o nome e a tipagem sanguínea, no braço direito a estampa do órgão	Unidade	2
2	Gandola	Tecido "Rip-Stop" profissional, composto por 33% algodão e 67% poliéster, fechamento com botão e zíper, dois bolsos laterais na altura do abdômen, um de cada lado (12 cm de comprimento por 10 cm de largura cada); um bolso lateral direito, partindo abaixo da clavícula e próximo ao ombro (10 cm de comprimento e 7 cm de largura). Manga comprida que permita a dobra em até ¾.	Unidade	2
3	Calça	Tecido "Rip-stop" profissional, composto por 33% algodão e 67% poliéster, fechamento com botão e zíper, cinco presilhas, um bolso lateral na altura de cada fêmur com lapela e fechamento em velcro (25 cm de comprimento por 20 cm de largura), um bolso lateral esquerdo na altura da fíbula (20 cm de comprimento por 12 de largura). Peso aproximado 500 gramas.	Unidade	2
4	Cinto	Cinto Padrão com fivela, na cor vermelha em nylon.	Unidade	1
5	Bolsa	Bolsa Tática de perna com duas fivelas (cintura e perna).	Unidade	1
6	Coturno	- Isolamento elétrico, na cor preta; - Cabedal: Couro Nobuk hidrofugado, com espessura de 2 mm, dublado com tecido de poliéster impermeável e colarinho de couro em pelica; - Solado: Borracha, modelo Rochado, maciço, vulcanizado ao cabedal e resistente à corrente elétrica; - Forração interna: Acrílico automotivo, com isolamento térmico em EVA; - Reforço Interno: Material Termoplástico leve e resistente, no bico e no calcanhar; - Cadarços e Linhas: Poliéster e poliamida hidrofugados; - Palmilha de montagem: Bidim resinado de 2,5mm de espessura; - Palmilha de conforto: EVA moldado, espessura de 4 a 14 mm, com fungicidas e bactericidas; - Vedação: Resistente à água ou 100% impermeável; - Altura média do Cano: 21/18 mm (medida externa / medida interna); - Cor: Preta.	Unidade	1
7	Meias	Meias táticas de alta performance Thermo Dry, tipo cano longo, Composição: Algodão (61%), Poliamida (26%), Poliéster 08%, outras fibras (05%)	Par	2

2. DOS MATERIAIS DE CONSUMO A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

Materiais de Consumo				
Nº	Produto	Descrição do Produto	Unidade de Medida	Quantidade Anual
1	CAIXA DE CURATIVOS	Micropore que permita a respiração da pele, evaporação de suor e umidade, mantendo a pele seca e fresca resistente a água, tamanho 19mm x 75mm (Band-Aid)	Caixa	3
2	MÁSCARA CIRÚRGICA	Caixa com 50 unidades descartável, formato retangular, com elástico de polipropileno, cor branca	Unidade	3
3	COMPRESSAS CIRÚRGICAS DE GASES HIDRÓFILA - ESTÉRIL	Pacote com 10 Unidades medindo 7,5 cm x 75cm, 13 fios confeccionado com fios 100% algodão hidrófilo	Unidade	10
4	HASTES FLEXÍVEIS	Caixa com 150 unidades, hastes flexíveis de plásticos ou polipropileno, com algodão firmemente aderido nas	Caixa	2

		pontas, medindo de 07 a 08 cm de comprimento "Cotonetes"		
5	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM "P"	Caixa com 100 unidades de luva de látex para procedimentos hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência	Caixa	2
6	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM "M"	Caixa com 100 unidades de luva de látex para procedimentos hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência	Caixa	2
7	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM "G"	Caixa com 100 unidades de luva de látex para procedimentos hospitalar, descartável, ambidestra, punhos longos com bainha, formato anatômico, alta sensibilidade tátil, boa elasticidade e resistência	Caixa	2
8	FITA MICROPORE	Confeccionado em tecido apropriado, cor bege, medindo 5cm X 10m, com flexibilidade suficiente para adaptar-se às dobras da pele sem que ocorra excessiva pressão ou fácil desprendimento, remoção sem deixar resíduos ou manchas na superfície, enrolando em carretel plástico	Unidade	2
9	COBERTOR TÉRMICO	Aluminizado que reflete o calor do corpo e mantém o paciente aquecido e seco durante as atividades de pronto atendimento em casos de acidentes	Unidade	2
10	LENÇOL	Confeccionado em TNT, na cor branca, medindo 1,00 X 1,40cm, descartável	Unidade	3
11	SORO FISIOLÓGICO 0,9%	Em embalagem plástica de 500ml.	Unidade	2
12	ÁLCOOL ETÍLICO 70% P/V	Para superfícies fixas, anti-sepsia da pele em procedimento de médio e baixo risco, apresentação em frasco de 1000ml	Unidade	2
13	ALGODÃO	Pacote de 95gm. Algodão hidrófilo em bolinhas, com aspecto homogêneo e macio, boa absorvência	Pacote	1
14	ATADURA DE CREPE TAM. 10CM X 4,5MT	Na cor natural, com 13 fios, constituído de fios de algodão cru, bordas devidamente acabadas, elasticidades adequadas, uniformemente enroladas, isenta de quaisquer defeitos, Tam. 10cm X 4,5mt	Unidade	6
15	KIT PARTO	Composto de 02 clamps, 02 sacos plásticos, bisturi cabo descartável, 02 pares de luvas cirúrgicas e 02 lençóis, embalagem em papel grau cirúrgico com abertura em pétala, com dados de identificação, tipo de esterilização e registro no MS	Unidade	1
16	POMADA DE USO TÓPICO	Pomada para uso tópico, em caso de pequenas contusões salicilato de mentila 52,50mg/g, cânfora 44,40mg/g, mentol 20,00mg, terebintina 191,47mg/g	Unidade	1
17	ANTI-SÉPTICO "SPRAY"	Anti-séptico com agente anestésico spray, cloridrato de lidocaína 21,00mg/ml, cloreto de benzetônio 1,33mg/ml, uso externo	Unidade	1
18	COMPRESSA PARA QUEIMADURAS TAM 10CM X 10CM	Compressa para aplicação em queimaduras, que forneça proteção física temporária contra contaminação microbiana atenuando a dor, tamanho 25 X 50cm. Modelo / marca não inferior ao da BURNSHIELD	Pacote	3
19	PAPEL FORRO PARA MACA	Rolo esterilizado e descartável	Rolo	1
20	PROTETOR AUDITIVO	Protetor auditivo tipo haste, com espumas que vedam o canal auditivo dispensando inserção, haste única e flexível, mantém baixa pressão e se adapta a diferentes cabeças	Unidade	2
21	FITA ZEBRADA	Fita zeburada plástica utilizada para isolamento em área de acidentes nas cores amarela e preta "0,7cm X 200m"	Unidade	2
22	MÁSCARA DE PROTEÇÃO "DESCARTÁVEL"	Respirador com carvão ativado; - Constituído por uma concha interna de não-tecido moldado, com meio filtrante composto por uma camada de microfibras tratadas eletrostaticamente e, outra carregada com uma camada de carvão ativado de origem vegetal tratado eletrostaticamente sanduichada entre duas camadas filtrantes; - A parte externa é composta por um não-tecido que protege o meio filtrante, evitando que as fibras ou o carvão possam se soltar. A este conjunto são incorporados duas bandas de elástico, uma tira de espuma e um grampo de ajuste nasal, necessário para manter o respirador firme e ajustado à face do usuário; - Proteção das vias respiratórias contra odores estranhos e/ou fétidos, glutaraldeído, benzina, ácido acético, etc	Caixa	2
23	LUVA DE PROTEÇÃO PROFISSIONAL "VAQUETA"	Luva de Segurança modelo 5 dedos confeccionada em Couro de Raspa do tipo Groupon na cor natural, com punho e dorso em nylon na cor laranja. Possui reforço externo na palma em couro de vaqueta, reforço interno em couro de raspa nas pontas dos dedos e reforço externo em couro de raspa nas pontas dos dedos; - Punho com 9 cm de comprimento com elástico para melhor fixação;	Par	2
24	MÁSCARA SEMI-FACIAL	- Respirador purificador de ar tipo semi-facial, tamanho único;	Unidade	1

		<p>- Confeccionado em elastômero na cor laranja, com borda interna;</p> <p>- Nas laterais do corpo da peça, estão localizadas duas aberturas, uma de cada lado, nas quais são encaixados 2 (dois) dispositivos plásticos na cor preta, dotados de 01 (uma) válvula de inalação em sua parte traseira e de um sistema de encaixe tipo baioneta em sua parte dianteira, onde são fixados os filtros químicos ou a base de fixação para utilização dos filtros mecânicos;</p> <p>- A peça semi-facial possui 01 (uma) abertura localizada em sua parte inferior, na qual é fixado um suporte plástico na cor preta dotado internamente de 01 (uma) válvula de exalação e de uma tampa da mesma cor, com encaixe tipo pressão;</p> <p>- A parte central do respirador apresenta uma saliência sob a forma de circunferência, para a fixação de um suporte tipo aranha, com três aberturas;</p> <p>- O suporte possui quatro pontas, duas de cada lado, dotadas de 01 (uma) haste através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos pretos reguláveis: um tirante localizado na parte superior e o outro, na parte inferior;</p> <p>No tirante localizado na parte superior, encontram-se costuradas duas alças plásticas para ajuste na cabeça do usuário e no tirante localizado na parte inferior, existe uma fivela de fechamento;</p> <p>- Os filtros químicos são confeccionados em plástico rígido na cor preta, com um sistema de encaixe em sua parte traseira;</p> <p>- Para utilização dos filtros mecânicos, é empregada um porta-filtro, composto de um suporte de material plástico preto com encaixe na sua traseira e de uma tampa plástica do mesmo material, que é rosqueada sem este suporte para fixar o filtro. Além disso, quando da necessidade de utilização de filtro químico em conjunto com filtro mecânico (combinado), o filtro mecânico será colocado sobre o químico, fazendo uso da tampa plástica do porta-filtro, que será rosqueada na parte dianteira do filtro químico;</p> <p>- Ref.: Lumatox 720;</p> <p>- 1) Filtro químico classe 1 – contra vapores orgânicos contra gases ácidos contra vapores orgânicos e gases ácidos contra formaldeído contra amônia e matilaminas;</p> <p>- 2) Filtros mecânicos P1 e P2 – filtros classe P1, contra poeiras e névoas, filtros classe P2 contra poeiras, névoas e fumos</p>		
--	--	---	--	--

3. DOS UTENSÍLIOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

UTENSÍLIOS				
Nº	PRODUTO	Descrição do Produto	Unidade de Medida	Quantidade Anual
1	TESOURA CIRÚRGICA	Com ponta aguda reta, confeccionada em aço inox, medindo 15cm de comprimento	Unidade	1
2	CORTADOR DE ANEL	Confeccionado em aço polido inoxidável, para remoção de anéis, alianças ou outros ornamentos para os dedos com alavanca de segurança, com lamina de corte giratória	Unidade	1
3	TESOURA PONTA-ROMBA	<p>- Tesoura para bandagem grossa;</p> <p>- Serve para primeiros socorros, cortar roupas, vestes, cinto de segurança;</p> <p>- Produto Confeccionado em Aço Inoxidável;</p> <p>- Tamanho: 12 cm;</p> <p>- Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE</p>	Unidade	1
4	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	Com bip sonoro, visor grande, desligamento automático	Unidade	1
5	TALA IMOBILIZADORA DE FÊMUS	Conjunto de Talas para imobilização de Fêmur de madeira e regulável	Unidade	1
6	CONJUNTO DE TALAS (KIT)	- Kit de talas moldável anatômica lavável todos os tamanhos, confeccionado em material metálico recoberto por material anatômico que permita a moldagem de acordo com a lesão, tamanhos 15cm x 8cm, 30cm x 08cm, 53cm x 08cm, 63cm x 09cm, 86cm x 10cm	Unidade	1
7	COLAR CERVICAL DE RESGATE - 4X1 "REGULÁVEL" TAM. PP/P/M/G	<p>- Colar Cervical de Resgate Regulável 4X1;</p> <p>- Confeccionado em polipropileno, com medidor de mensuração, sem emendas, nem presença de metais condutivos, apresenta baixo peso e propriedades, rádio luminescentes, suporte adaptável a qualquer forma a tamanho de mandíbula, com abertura lateral que permitam maior conforto e ventilação ao paciente;</p> <p>- Regulagem de altura com 4 níveis de ajuste (PP/P/M e G);</p>	Unidade	1

		- Imobilização cervical, emergências médicas, resgate etc		
8	TIRANTE ARANHA PARA PRANCHA DE RESGATE "ADULTO"	<ul style="list-style-type: none"> - Cinto Tirante Aranha modelo Adulto; - Confeccionado em fitas de poliamida 100% preta e colorida em 50mm de largura; - Fecho de regulagem em velcro e regulador plástico preto; - Para colocação em prancha rígida onde fixará a vítima a ser socorrida ou transportada da melhor forma possível. Composição <ul style="list-style-type: none"> - 1 tirante principal de cor preta, de aproximadamente 1,15m de comprimento, com sistema em "V" e altura regulável em 10cm aproximadamente. Adaptável para prancha rígida; - 3 tirantes transversais em diversas cores, regulável em suas alturas em velcro e regulador plástico. Cores dos cintos transversais e suas medidas de comprimento aproximadamente; - Superior: Verde - 1,30m; - Meio: Vermelho - 1,30m; - Inferior: Amarelo - 0,90m. Observação: O Tirante Aranha deverá ser adequado as especificações do item 24 (Prancha de Imobilização)	Unidade	1
9	IMOBILIZADOR DE DEDO TAM "P"	Imobilizador de Dedo moldável (sendo 1 de cada tamanho)	Unidade	1
10	IMOBILIZADOR DE DEDO TAM "M"	Imobilizador de Dedo moldável (sendo 1 de cada tamanho)	Unidade	1
11	IMOBILIZADOR DE DEDO TAM "G"	Imobilizador de Dedo moldável (sendo 1 de cada tamanho)	Unidade	1
12	IMOBILIZADOR DE NUCA E CABEÇA	<ul style="list-style-type: none"> - Confeccionado em duas partes: a primeira e a dos blocos e a segunda é da base; - Material composto de: copolímero de etil vinil acetado; - Material macio; - Impermeável; - Lavável; - Utilizado em conjunto com prancha longa; - Com fixador exclusivo na região frontal e mentoniana com regulagem em velcro; - Anatômico; - Base com regulagem; - Imobilização adulto; - Imobilizador: Amarelo; - Tirante: Preto. - Dimensões: 40 x 26 x 02 cm; - Contém 01 unidade. 	Unidade	1
13	BOLSA DE GELO	- Bolsa para gelo, tamanho médio, confeccionada em borracha resistente, formato redondo, constando externamente os dados de identificação e procedência	Unidade	1
14	BOLSA TÉRMICA	- Bolsa térmica para água quente, tamanho médio, confeccionada em borracha resistente.	Unidade	1
15	ALMOTOLIA	- Recipiente confeccionado em material plástico transparente e resistente de 500 ml.	Unidade	1
16	CHAVE DE TESTE	- Rolo esterilizado e descartável	Unidade	1
17	CAIXA DE FERRAMENTAS	<ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em polipropileno; - 2 compartimentos externos; - Bandeja para ferramentas; - Comp. x larg. x alt.: 580 x 280 x 295 mm; - Peso: 1,0 kg 	Unidade	1
18	CABO (CORDA) DE SEGURANÇA	- Cabo (corda) de segurança, em fibra sintética, de 12 mm x 5,00 m, 108,25 grs/metro, 9,25 m/kg	Unidade	1
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL				
1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	<ul style="list-style-type: none"> - Lente Incolor; - Óculos em peça única de policarbonato óptico virgem com tratamento anti-riscos; - Resistente a impactos e choques físicos; - Visor curvo para proteção lateral; - Arco superior e hastes com revestimento de borracha macia para maior conforto; - Hastes reguláveis em comprimento e em ângulo, ideal para proporcionar o melhor ajuste à face do usuário; - Com Antiembaçante 	Unidade	2
2	CONJUNTO DE PROTEÇÃO PARA CHUVA	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de Blusão e Calça em pvc laminado: confeccionado em tela sintética revestida de pvc laminado em ambas as faces, com fechamento frontal através de botões de pressão plástico ou velcro, costura através de solda eletrônica; - Cor: Amarelo ou Vermelho; - Tamanhos: "01 - G e 01 - GG". BLUSÃO: <ul style="list-style-type: none"> - Cordão Regulador do Capuz; - Lapela e Canaleta de Zipper Contra Infiltração; 	Unidade	2

		<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de Ventilação Frontal; - Mangas com Elásticos ou Velcro; - Abertura de Ventilação nas Costas; - Identificação na parte superior das costas “ANVISA” e “BRIGADA DE INCÊNDIO” abaixo; - Fita Refletiva de 50mm no meio do corpo do blusão, alinhado com os braços e costas; - Breve de identificação da Brigada da ANVISA na altura do peito lado esquerdo. <p>CALÇA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fita Refletiva de 50mm na calça a 30 cm da barra; - Cordão regulador da cintura da calça; - Bolsos com lapelas nas laterais nas pernas; - Barras com Elásticos ou Velcro 		
3	CAPACETE "RESGATE"	<p>Com cinta de queixo forte, aberturas de ventilação com ajustáveis estores deslizantes que permitem a circulação de ar no capacete quando necessário, sistema de ajuste CenterFit ajusta a cabeça e mantém centrada na cabeça, projetado para otimizar a aceitar proteção auditiva, seis-ponto sistema de suspensão de membranas em conformidade com a forma da cabeça para melhorar o conforto, absorção de choque atingido através da deformação do invólucro exterior, orifícios de ventilação com venezianas de correr permitem a ventilação para ser ajustada conforme necessário de fora, ranhuras laterais para proteção auditiva montagem, pastilhas para aceitar uma viseira, Slot para montagem Pixa farol, quatro cliques para a montagem de um farol com uma faixa de cabeça elástica, correia de queixo concebida para limitar o risco de perder o capacete durante uma queda, duas espessuras de faixas de espuma incluídos para ajuste personalizado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resistência: Superior a 50 daN; - Cor: Branco; <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Peso: 455 g; - Mínima circunferência da cabeça: 53 centímetros; - Máxima circunferência da cabeça: 63 centímetros; - Garantia: 3 anos; - Made in: FR. <p>Certificação (s):</p> <ul style="list-style-type: none"> - CE EN 12492 – UIAA; - ANSI Z89.1-2009 Tipo I Classe C; - Atende aos requisitos da EN 397 e EN 12492 padrões de proteção contra impacto; - Satisfaz requisitos opcionais da norma EN 397 sobre deformação lateral e usar em temperaturas frias. <p>Referências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A10VNA (preto); - A10VRA (vermelho); - A10VYA (amarelo) 	Unidade	2

4. DOS EQUIPAMENTOS COM DEPRECIAÇÃO A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATADA

Item	Descrição	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Valor Residual (I=GxH)		Vida útil
				(E)	(F)	(G=ExF)	% (H)	R\$ (I)	
1	ESTETOSCÓPIO	- Para auscultação, olivas em plásticos resistentes, com acabamento sem rebarbas, conjunto bi-auricular em metal cromado, resistente e flexível, na curvatura do tubo em "Y"	Un.	1			20%		
2	ESFIGNOMANOMETRO	- Aparelho de aferição de pressão arterial, analógico, com inflagem manual, fechamento em velcro e de boa qualidade	Un.	1			20%		
3	REANIMADOR MANUAL PARA ADULTO	- Em silicone, composto de máscara e bolsa, reservatório de oxigênio, resistente a métodos de desinfecção acondicionado em bolsa fechada com zíper	Un.	1			20%		
4	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL - MONITOR DE DEDO	<ul style="list-style-type: none"> - Mede e mostra valores confiáveis da SpO2 e da frequência cardíaca; - Indicador de pulso; - Dois formatos de visualização - Possibilita a mudança da direção de visualização; - Botão único de ligação para facilitar a operação; - Visor Luminoso de LED - OLED de duas cores de fácil leitura; - Compacto, portátil e iluminado; - Capacidade das pilhas para uso contínuo de aproximadamente 18 horas; 	Un.	1			20%		

		<ul style="list-style-type: none"> - Dispositivo desliga automaticamente após 8 segundos sem atividade; - Alarme visual e sonoro - Alarme de O2 abaixo de 90%; - Faixa de Medição Saturação (SpO2): 35% - 100%; - Precisão da SpO2: 70% - 99% com desvio de ± 2%; - Faixa de Medição Pulso: 30-250 bpm; - Pulsação: 30 - 250 bpm com desvio de ± 3 bpm; - Atualização de dados: menos de 2 segundos - Média: 4 para SpO2; 8 para Pulsação; - Alarme; - Alimentação: 2 Pilhas AAA; - Parâmetros: SpO2 e Pulso; - Barra Gráfica; - Indicador de carga baixa; - Tamanho: 63.5 mm x 34 mm x 35 mm; - Peso: 37 gramas; - Registro ANVISA 80070210011, CE, FDA e TÜV 							
5	PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO "RESGATE"	<ul style="list-style-type: none"> - A Prancha de imobilização possui aberturas para utilização do cinto aranha e imobilizador de cabeça como acessórios. Rígida, leve e confortável. Possui pegadores amplos para facilitar o uso de luvas. - Design em ângulo para melhor acomodação do paciente. 100% transparente para o uso em Raio-X; - Possui aberturas específicas para imobilização. Possibilita o resgate na água. Feita em polietileno com ótima resistência ao impacto. - Projetada para o transporte manual de vítimas de acidentes; - Dimensionada para suportar vítimas com peso até 180 kg; - Rígida leve e confortável; - Possui pegadores amplos para facilitar o uso com luvas; - Design em ângulo para melhor acomodação do paciente; - Translúcida, para o uso em Raio-X e Ressonância Magnética; - Possui aberturas específicas para facilitar a imobilização da vítima; - Possibilita o resgate na água e em alturas; - Produzida em polietileno com alta resistência a impactos; - Cor: Amarela. <p>Observação: A Prancha de Imobilização possui aberturas específicas para utilização do cinto de segurança estilo aranha e imobilizador de nuca e cabeça.</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comprimento aberta: 1830 mm; - Largura aberta: 440 mm; - Altura máxima: 65 mm; - Peso líquido: 8,5 kg; - Peso bruto com embalagem: 9,0 kg; - Capacidade de carga: 180 kg; - Dimensão da embalagem: 1,85 x 0,46 x 0,08 m; - Volume da embalagem: 0,07 m³ 	Un.	1			20%		
6	BOLSA MOCHILA DE RESGATE	<ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em cordura de alta resistência, com capacidade interna de 42 lts. Suporte para um cilindro de oxigênio, regulador, e espaço para materiais diversos de primeiros socorros, possui cinco bolsos externos grandes; - Internamente possui revestimento impermeável, com duas pochetes internas fixadas com velcro em uma das laterais e na outra lateral interna possui uma banda elástica para segurar cânulas de Guedel; - No seu exterior possui seis bolsos, dois do lado direito, três do lado esquerdo, e, um bolso maior nas “costas”; - Possui uma alça superior para ser transportada na mão tipo bolsa, e duas alças para ser transportada nas costas, tipo 	Un.	1			20%		

		mochila; - Permite colocar em seu interior os mais diversos itens de primeiros socorros. (Colar cervical, cilindro de O ₂ com fluxometro, cânulas, reanimadores manuais, aspirador portátil, materiais descartáveis diversos, etc.); - Cor Vermelha. Dimensões: - Dimensão da bolsa – 66 x 55 x 28 cm; - Bolsos externos pequenos (quatro) – 22 x 17 x 10 cm; - Bolso externo maior (um) – 34 x 24 x 7 cm; - Bolso externa para colar cervical – 63 x 24 x 4 cm; - Bolso interna – 60 x 35 x 20 cm; - Peso da mochila – 2,700 kg						
7	D.E.A. DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO	Características: - Desfibrilação de 01 à 200 Joules; - Forma de onda bifásica; - Sistema automático de avaliação de ECG que detecta complexos QRS e identifica automaticamente arritmias malignas que necessitam de desfibrilação; - Adaptável a qualquer paciente; - Análise da impedância torácica do paciente, aumentando a eficácia na desfibrilação e reduzindo o risco de danos causados ao coração; - Mensagem e comando por texto e voz; - Cartão para registro de eventos e voz “20 minutos”; - Idioma – Português, Espanhol, e outros, “possibilidade de mudança de idioma através do software”; - Descarga interna automática após 30 segundos se não houver disparo; - Tempo de Carga – Até 200 Joules, menor que 04 segundos; - Cronômetro “contador de segundos”, relógio; - Utilização de pás adesivas descartáveis “conector para pás interna opcional”, comando de seleção de carga e disparo pelo mesmo; - Display de cristal líquido que visualiza os parâmetros de programação pré-choque e pós-choque, indicando a energia real armazenada a ser entregue; - Memória de evento contínuo de ECG, incluindo curva de ECG “opcional” “20 minutos”, eventos críticos e os procedimentos realizados; - Possibilidade através de conexão para comunicação com microcomputador, para visualização de dados da memória; - Possibilidade de realizar auto-teste periodicamente; - Situação de status da bateria com alarmes para nível baixo; Especificações Técnicas: - Alimentação – Bateria interna recarregável com carregador gerenciável, indicador de carga e alarme ou opcional: Bateria de lítio com duração de 05 anos em stand-by; - Gabinete em ABS de alto impacto, isolado eletricamente; - Dimensões – 120mm X 320mm X 300mm – Peso 2,8kg, com alça de transporte; - Acessórios do Equipamento – 01 jogo de eletrodos “PÁS” auto-adesivas, manual do usuário e certificado de garantia, mais jogo de eletrodos “PÁS AUTO-ADESIVA EXTERNA, ADULTO INFANTIL”, bateria extra.	Un.	1			20%	
8	MACA RETRÁTIL	- Estruturada com duralumínio extrudado e temperado. - Articulações em alumínio injetado. - Rodízios de 127mm, rolamentos com freio e trava de direção (stop turning) nas 04 rodas.	Un.	1			20%	

		<ul style="list-style-type: none"> - Travamento automático do carro assistido por molas. - Sistema de ancoragem e ferragens para instalação rápida e simples na unidade móvel. - Recolhimento retrátil. - Cintos de segurança com fechos e ajuste automotivo. - Colchonete de 80mm impermeável e costura eletrônica. - Peso Líquido aproximado de 28 Kg 							
9	LANTERNA FAROLETE "RECARREGÁVEL"	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia LED 1 W; - Proporciona um feixe de Luz intenso e brilhante; - Carrega nas duas voltagens 110v e 220v; - Bateria recarregável de alta duração; - 80 lúmens de intensidade; - Melhor manuseio, conforto e controle; - Carcaça resistente; - Resistente a umidade; - Até 4 horas de uso contínuo; - Cordão para transporte; - Todas as versões são resistentes a umidade e foram testadas em cima de chuvas bem intensas, entretanto não podem ser submergidas na água; - Ideal para usos interiores e exteriores 	Un.	1			20%		
10	MEGAFONE "RECARREGÁVEL"	<ul style="list-style-type: none"> - Bivolt; - Bateria recarregável; - Amplificador de voz; - Controle de volume; - Gravador - grava e reproduz; - Sirene; - Cabo retrátil; - Acompanha alça; - Tempo de carga 08 horas; - Led indica quando está ligado; - Peso aproximado: 450 gramas; - Tamanho: 24 cm; - Diâmetro da boca de saída de som: 15 cm 	Un.	1			20%		
11	CONJUNTO DE APROXIMAÇÃO "ANTICHAMAS"	<p>CASACO / CAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Vestimenta para combate a incêndios com gola em velcro argola, pala protetora de fechamento, mangas tipo raglã com fole nos punhos internos, punhos em malha dupla de fibra 100% meta-aramida, fechamento do blusão com zíper não metálico, faixa refletiva antichama em tecido na cor amarela e costuras com linha 100% fibra aramida; - Com identificação na parte superior das costas "ANVISA" e "BRIGADA DE INCÊNDIO" abaixo; - Tamanhos "G / GG". Cor "Preta ou Azul". <p>CALÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Calça com cós e elástico, sem braguilha com bolsos laterais, com suspensórios de elastano de alta resistência fixos na parte traseira do cós na cor vermelha. Possui dois fechos tipo macho na extremidade frontal do suspensório e faixa refletiva antichama em tecido na cor amarela; <p>Composição das camadas de proteção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1ª camada: Tecido composto de 93% fibra meta-aramida e 5% fibra para-aramida e 2% fibra de carbono na cor preta, 100% antichama e tratamento contra raios ultravioleta (UV); - 2ª camada: Camada intermediária em material ignifugo impermeável que atua como barreira de umidade; - 3ª e 4ª camadas: Barreira térmica em feltro de fibras prensadas, composto de 80% meta-aramida e 20% Rayon FR atuando como isolamento térmico. Tecido em 50% meta-aramida e 50% modacrílico, como acabamento para contato com a pele; - Tamanhos "G / GG". Cor "Preta ou Azul". <p>CAPUZ (Balaclava)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada com suedine de meta aramida Thermex S, possui abertura frontal para ajuste a máscara facial de proteção respiratória. Pode ser confeccionada com uma ou duas camadas de proteção na cabeça. <p>LUVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luva para combate a incêndio, confeccionado em malha de para-aramida e meta-aramida, resistente a calor, corte e 	Un.	1			20%		

30/11/2023, 15:19		SEI/MD - 6573208 - Termo de Referência							
		abrasão; ajuste ao punho com elástico e fixação através de tira com velcro; - Dorso em malha antichama modacrílico de alto desempenho; -Barreira de umidade com membrana microporosa 100% impermeável, respirável e totalmente selada; - Forração interna com malha antialérgica. Reforço externo na face palmar total, no dorso costurado em forma de "X" e dedeiras em couro; BOTA - Calçado de borracha vulcanizada especial com agente retardante a chamas, forrada internamente em tecido, com biqueira e palmilha de aço, na cor preta com detalhes em amarelo, com uma faixa refletiva no cano e uma alça na parte superior do cano em borracha; - Aplicabilidade: Para proteção dos pés do usuário em atividades de combate a incêndio							
TOTAL MENSAL DEPRECIÇÃO (L)									
Calculo da Depreciação: Depreciação = valor total*(0,8/60)									
Depreciação Mensal = (L)									
Quantidade de Profissionais (M)									
Valor estimado Depreciação Mensal (N) = L/M									



Documento assinado eletronicamente por **LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, Assessor(a)**, em 19/09/2023, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Luiz Marques Fraga, gestor**, em 19/09/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Caê Aires Moura Lacerda, Gerente do Centro Regional**, em 20/09/2023, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6573208** e o código CRC **CAC87542**.